

**Organizadores**

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Rosana de Lima Soares

PRODUTOS MUDIÁTICOS,  
PRÁTICAS CULTURAIS E  
RESISTÊNCIAS

1ª edição



São Paulo  
2019

**Organização**

Cláudio Novaes Pinto Coelho  
Rosana de Lima Soares

**Produção e arte**

Giulia Elisa Garcia de Souza  
Simonetta Persichetti

**Capa**

iStock

**Revisão**

Cláudio Novaes Pinto Coelho  
Rosana de Lima Soares

**Projeto gráfico**

Giulia Elisa Garcia de Souza

**Diagramação**

Giulia Elisa Garcia de Souza

**Conselho editorial:**

Carlos Sadano (Mackenzie)

Kátia Saisi (PUC-SP)

Mara Rovida (Uniso)

Deysi Cioccarri (PUC-SP)

Maria Ribeiro do Valle (Unesp)

Sandra Lucia Goulart (FCL)

Juremir Machado da Silva (PUC-RS)

Mônica Martinez (UNISO)

Regina Giora (MACK)

Ana Carolina Escosteguy (UFSM)

Roberto Mancuzo (Unoeste)

Paulo Boni (UEL)

Silas de Paula (UFC)

Jairo Getulio Ferreira (Unisinos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicidade (CIP)

Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

P956

Produtos midiáticos, práticas culturais e resistências [recurso eletrônico] / organização Cláudio Novaes Pinto Coelho e Rosana de Lima Soares. – 1.ed. – São Paulo: Cásper Libero, 2019.

ISBN 978-85-88668-07-2  
recurso digital : il.

1. Ação cultural. 2. Produtos midiáticos. 3. Cultura - Identidade.  
4. Cultura – Narrativas. I. Coelho, Cláudio Novaes Pinto. II. Soares,  
Rosana de Lima.

CDD 302.23

*Bibliotecária responsável: Daniela Paulino Cruz Bissolato - CRB 8/6728*

**Editora Cásper Libero**

Av. Paulista, 900 – CEP: 01310-000 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3170-5841

monitoria@casperlibero.edu.br

# CULTURAS JUVENIS E ESTIGMAS SOCIAIS: ENTRE RECONHECIMENTO E RESISTÊNCIA

Rosana de Lima Soares<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO: CRÍTICA DE MÍDIA E CULTURA AUDIOVISUAL

Este texto integra uma pesquisa em andamento que busca conjugar elementos de crítica da mídia e crítica audiovisual, reunindo um material empírico capaz de alcançar, de modo abrangente, a diversidade de obras televisivas e cinematográficas (em meios tradicionais ou digitais) na perspectiva dos novos realismos nelas presentes. Para além dos estudos de gêneros discursivos ou hibridismos narrativos, a temática das lutas identitárias e das disputas por reconhecimento – relacionadas aos estigmas sociais – torna-se o eixo de nossas preocupações, aliada à investigação sobre os alcances e os limites da crítica midiática, em âmbito latino-americano e em caráter multidisciplinar. Identidades e representações, individualidades e coletividades, visibilidades e politicidades engendram as tramas complexas e cada vez mais desafiadoras nos estudos da comunicação e das mídias, apontando para um importante deslocamento nesse campo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação e professora livre-docente na Escola de Comunicações e Artes da USP, foi pesquisadora visitante no King's College Brazil Institute (Londres, 2014, Fapesp). Atualmente desenvolve investigação sobre culturas juvenis urbanas junto ao Programa de Pós-Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude (PUC-SP/Cinde/Clacso). É uma das coordenadoras do MidiAto – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas e autora, entre outros, de *Sutileza e grosseria da exclusão nas mídias* (Alameda/Fapesp, 2019). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

<sup>3</sup> Ao concluir uma extensa pesquisa sobre mídias e estigmas sociais, cujos resultados foram sistematizados no livro *Sutileza e grosseria da exclusão nas mídias* (2019), temos desenvolvido dois projetos cujas premissas encontram-se sintetizadas neste texto, que terá continuidade em outros ensaios voltados para a análise de produções audiovisuais (mídias corporativas, independentes ou periféricas). A primeira pesquisa é intitulada “Crítica de mídia e estigmas sociais: visibilidades juvenis em narrativas audiovisuais” (2017-2019) e integra o Programa de Pós-Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude (Cinde/Clacso), na linha de pesquisa “Cultura, Comunicação e Política”. A segunda, denominada “Crítica de mídia e cultura audiovisual: visibilidades periféricas

Entre seus objetivos gerais, a pesquisa busca indicar o papel desempenhado hoje pelos meios e processos audiovisuais, e as diferentes maneiras pelas quais as culturas juvenis neles se inscrevem. Trata-se, portanto, de indagar sobre os modos de construção de representações, identidades e visibilidades juvenis em discursos audiovisuais, especialmente em produções de coletivos (documentários, reportagens ou séries) disponibilizadas em plataformas digitais<sup>4</sup>. Os conceitos de identificação e subjetividade são fundamentais para o direcionamento das análises e a delimitação da amostragem, exigindo aportes teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Consideramos, assim: 1) os discursos como práticas sociais e manifestações de heterogeneidade, especialmente aqueles tidos como não-hegemônicos; 2) as diferentes posicionalidades do sujeito (e seus lugares de fala) em meio às transformações no imaginário social; 3) as políticas da representação e de partilha do sensível, estabelecendo as tensões entre as narrativas do mesmo e do outro nelas apresentadas.

Ao nos indagarmos sobre as maneiras pelas quais a autenticação da realidade e o retorno a uma estética realista se impõem em narrativas audiovisuais, indagamo-nos, também, sobre as possibilidades de delinear os contornos de um realismo crítico e político, oscilando entre uma estética documental de expressividade e o melodrama ficcional. Além disso, assumimos que, em cada um desses gêneros e formatos, processos de ficcionalização se tornam presentes para o engendramento da referencialidade pretendida em tais discursos, usualmente voltados para temáticas sociais. Buscaremos, assim, problematizar narrativas de caráter referencial, tensionando tais discursos por meio de suas figuras de

---

e reconhecimento social” (2018-2020), é realizada com bolsa do CNPq como desdobramento de projetos anteriores, apoiados desde 2009 por essa agência.

<sup>4</sup> A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Imagens, Metrôpoles e Culturas Juvenis, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado pela profa. dra. Silvia Helena Simões Borelli (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Antropologia), que tem como foco desenvolver uma investigação comparada e interdisciplinar privilegiando o diálogo entre saberes e conhecimentos relacionados às infâncias e às juventudes, visando promover a aproximação de perspectivas epistemológicas produzidas nos diferentes países latino-americanos.

alteridade, em que regimes de visibilidade são acionados para orientar políticas da representação.

É nessa vertente que inserimos a proposição trazida no texto, relacionada a investigações anteriores em torno dos discursos das mídias e dos estigmas sociais, para sustentar uma temática singular, consolidando e adensando os referenciais teóricos, expandindo os procedimentos metodológicos e estendendo o *corpus* da pesquisa a objetos empíricos diversos, compondo um protocolo que se desdobrará em análises dos dados e resultados. Nosso principal objetivo é, portanto, apontar as representações presentes nas mídias em relação às juventudes contemporâneas e, além disso, investigar os modos como os jovens, enquanto receptores, delas se apropriam, ressignificando as imagens produzidas; e também os modos como eles se tornam produtores de novas imagens (especialmente por meio das mídias digitais), interferindo no imaginário social a eles relacionado.

Incluem-se, no trabalho, as concepções de jovens em suas formas de ser e viver, englobando: a) narrativas de si e de outros; experiências de visualidades e sonoridades; b) modos de agrupamento e convívio; c) produção e apropriação de mídias digitais, sempre com ênfase nas articulações entre a estética e o caráter político das ações culturais, cada vez mais permeadas pelas tecnologias de comunicação e informação. Nessa perspectiva, a juventude é definida como uma categoria ao mesmo tempo genérica e específica, e a experiência juvenil é percebida como complexa e atravessada por grandes temáticas e modos heterogêneos de inserção no tecido social (BORELLI; ROCHA; OLIVEIRA, 2009).

Em termos teóricos, o texto se insere no campo de estudos da linguagem e do discurso, buscando analisar as mídias em perspectiva crítica. A análise crítica nos desafia a “colocar em crise” as imagens presentes nas mídias considerando três aspectos: quem pode fazer a crítica; que critérios devem ser utilizados; com que intencionalidade a crítica resgata seu lugar e seu sentido na sociedade atual. Alguns desafios se colocam, portanto, para a crítica da mídia: 1) da autoridade, do direito e da liberdade para cri-

ticar; 2) dos parâmetros de como deve se operar a valoração da qualidade dos objetos sob apreciação; e 3) da finalidade última de qualquer crítica, que deseja avançar no esforço de compreensão e interpretação, promovendo alguma ação de transformação do mundo (SILVA; SOARES, 2013).

No campo do discurso, atemo-nos, especialmente, aos conceitos enumerados a seguir. De um lado, os discursos contemporâneos (feminismos, ambientalismo, urbanidades, juventudes) possibilitam que observemos as inúmeras práticas discursivas a eles correlatas, algumas vezes concordantes, em outras dissonantes na multiplicidade de suas “políticas da representação” (RANCIÈRE, 2005; 2010; XAVIER, 2003). De outro, se definimos o discurso como um modo de representação e ação (HALL, 2000; 2016) e as práticas discursivas como práticas sociais, podemos compreender tais processos por meio da análise de discurso crítica (ADC), voltando-nos para as “formas discursivas” (modelos que apontam quais são os discursos) e os “contextos discursivos” (matrizes que estabelecem de onde vêm os discursos) no estudo das narrativas midiáticas (FAIRCLOUGH, 2001; 2003).

Se as tensões sociais podem ser expressas ou ocultas pelos discursos, a análise de discurso crítica pretende, entre outros fatores: a) apontar conexões entre linguagem, ideologia e poder (nos campos da linguística, da sociologia e da política); b) empreender seu esforço analítico como forma de intervenção social; c) buscar contradições nos sistemas sociais; d) articular os atos de fala em relação a graus de performatividade e agenciamento. Tendo em vista esse intuito, enfatiza três aspectos – como os discursos são construídos, como são interpretados e quais contextos são neles evocados – e, ao fazê-lo, compreende que os discursos constituem identidades (função identitária) e relações sociais (função relacional), articulando sistemas de conhecimento e crenças (função ideacional). São, ainda, organizados por cadeias de textos (função textual) capazes de reproduzir e transformar condições sociais (PAGANOTTI, 2007).

Buscando aportes nos quais distinguir os conceitos de discurso e narrativa, é como “mediação” (SILVERSTONE, 2002) que eles se colocam.

Em suas várias correntes, o campo da análise do discurso nos traz interessantes contribuições para pensarmos as formas narrativas como articuladoras de sociabilidades, e a língua como instituição social fundante, afirmando que a linguagem não é um simples suporte para a geração e transmissão de informações, mas aquilo que permite construir e modificar as relações entre interlocutores, enunciados e referentes. O termo discurso designa, assim, a língua em ato e sua manifestação na comunicação viva entre os falantes, bem como qualquer enunciação que integre em suas estruturas o locutor (ou enunciatador) e o destinatário (ou coenunciador). É, ainda, um espaço heterogêneo, sempre em disputa, e cuja unidade se faz em relação a outros discursos, que muitas vezes se manifestam naquilo que é dito em uma instância de interditos, ou em marcas que indicam trajetos para a cena enunciativa (MAINGUENEAU, 1997).

A fim de dar conta da polissemia do termo discurso, Michel Foucault (1996; 1997) propõe uma possível delimitação por meio da noção de “formações discursivas”, por ele definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p. 136). Os “discursos circulantes” (CHARAUDEAU, 2006), por sua vez, atualizam e materializam uma formação discursiva, que se “manifesta tanto em um só discurso quanto nos vários que se cruzam e se apoiam nela, em determinado tempo e lugar. Esta se manifesta num entendimento de mundo ao qual nos adequamos e que comporta uma verdade segundo a qual seremos levados a agir” (GOMES, 2012, p. 14). É, portanto, como elemento instituidor de realidades e por elas instituído que o discurso se coloca. Essa perspectiva aponta para a correlação e a reciprocidade entre processos de constituição social e textual, ponto crucial se considerarmos a função testemunhal e de autenticação das narrativas audiovisuais (SOARES, 2009; 2010).

Se partirmos da definição clássica de narrativa como “relato de uma transformação, a passagem de um estado inicial para o final” (GOMES,

2000, p. 49) e de discurso como “laço social” (FREITAS, 1992), tecido e estruturado na linguagem, podemos afirmar que narrar é contar uma história e que os discursos, quaisquer que sejam eles, possuem uma estrutura narrativa: são definidos por funções a serem desempenhadas pelos sujeitos no desenrolar da história contada, imprimindo transformações por meio de ações movidas por seus atuantes (SOARES, 2010). Na narrativa, portanto, estão implicados tanto as formas de arranjo de seus elementos (fabulação) como as estratégias usadas pelo narrador (narração) e a maneira de contar o enredo (personagens).

Ou seja, é na polêmica multiplicidade de vozes que compõem seus discursos que se articulam narrativas coesas e unívocas, mas ao mesmo tempo contraditórias e polifônicas. Independentemente de suas marcas visíveis, todo discurso é constituído a partir de um debate com a alteridade que o constitui. Desse modo, a dialogia e a heterogeneidade discursivas não se devem apenas à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado, mas podem resultar da construção, pelo enunciador, de níveis distintos no interior de seu próprio discurso (BAKHTIN, 1995). Se texto e contexto não são preestabelecidos, mas interdependentes, a enunciação é sempre assimétrica, mobilizando saberes diversos. Aquele que interpreta os enunciados reconstrói seus sentidos por meio de marcas textuais, mas nada garante que essa reconstrução coincida com as representações do emissor. As polêmicas envolvendo as diversas narrativas não surgem, portanto, do exterior, mas presumem um mesmo campo discursivo.

## **DISCURSOS: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES**

Ao tratar de questões relativas aos discursos midiáticos, abordamos as políticas da representação em narrativas audiovisuais, apontando para processos de visibilidade e reconhecimento nas mídias, e articulando questões sobre estigmas, estereótipos e preconceitos (GOFFMAN, 1978; ELIAS; SCOTSON, 2000; STAM; SHOHAT, 2006) relacionados aos jovens. Os estigmas diferenciam e dividem os sujeitos em grupos sociais, mas nem todo estigma traduz-se em estereótipos ou preconceitos, levan-

do-nos a considerá-los sob três perspectivas: a) como forma, por estarem diretamente relacionados às mídias; b) como temática, por serem recorrentes em produções audiovisuais; c) como critério de seleção da amostragem, por delimitarem as especificidades de tais produções.

Além disso, a temática dos estigmas sociais é tomada sob uma vertente específica: a alternância entre estigmas de reforço e transposição. Em alguns momentos, notamos nas mídias alto grau de reafirmação e manutenção dos lugares sociais estabelecidos, em que os traços de redundância operam como marcadores desses lugares, articulando narrativas reiteradas em diferentes produções midiáticas. Em outros, vemos processos de resistência e deslocamento que revelam traços de ressonância por meio de brechas e passagens, observando ainda que muitos desses discursos realizam, em graus maiores ou menores, o movimento entre os dois polos. De modo geral, podemos definir os estigmas como marcas visíveis (físicas e/ou simbólicas), que despertam nos outros, ao mesmo tempo, um sentimento de atração e repulsa (SOARES, 2019).

Mais do que uma oposição, entretanto, redundância e ressonância são pensadas como processos de construção de imaginários, pontuando relações muitas vezes conflituosas entre grupos sociais. Nesse sentido, visibilidades e invisibilidades se definem como discursos compartilhados que conferem reconhecimento a determinados grupos quando, em momentos específicos, suas reivindicações são acolhidas e efetivamente transformadas em ações políticas concretas. Tais estratégias estabelecem parâmetros pelos quais desafiar a questão das identidades, apontando seu caráter transitório e possibilitando que atores sociais diversos se instaurem como sujeitos ao contar suas histórias, seja por eles mesmos ou narrados por outros. Frente a esse cenário, algumas questões se colocam: como deslocar discursos? Como romper estigmas, estereótipos e preconceitos? O que cada discurso reafirma ou renova? A problematização dos discursos hegemônicos se faz, justamente, por meio da proposição de outras representações – não aquelas tidas como mais próximas de uma realidade idealizada ou essencialista, mas de imagens que possam questionar as representações dominantes.

Tomando como base os pressupostos acima, acreditamos que novas políticas da representação podem desafiar os modos de estigmatização nas mídias, ampliando os regimes de visibilidade, os espaços de reconhecimento, e gerando debates no campo político e social. Algumas questões, entretanto, surgem : como ouvir, de fato, o outro sem por ele falar? Como escutar o outro deixando que ele fale por si mesmo e seja ouvido em seus discursos? Por meio das contribuições de Gayatri Spivak (2010) propomos uma pergunta em relação às produções midiáticas: o subalterno pode realmente falar e ser ouvido? Para a autora, ele permanecerá silenciado frente a vozes hegemônicas a menos que consiga interferir nas estruturas que o oprimem, deslocando os discursos circulantes e assim, deslocando-se para lugares sociais menos subalternizados.

De acordo com Spivak, entretanto, o subalterno não é qualquer sujeito marginalizado, mas aquele que se encontra excluído “dos mercados, da representação política e simbólica, da possibilidade de se tornar membro do extrato dominante” (SPIVAK, 2010). Ainda que o subalterno não possa falar enquanto tal, pois não seria ouvido, as políticas da representação que o fixam neste lugar devem ser problematizadas, inclusive recusando a busca por uma possível autenticidade em relação a ele e a crença em sua pureza originária. Se não podemos falar pelo subalterno, podemos ao menos aprender a falar com ele e contra a subalternidade, desconstruindo discursos instituídos e propondo interpretações divergentes e contestadoras.

As imagens inscritas nas diversas mídias, seus modos de produção e recepção, criação e circulação, distribuição e apropriação, trazem aberturas para observarmos essas estratégias e suas implicações políticas, movimentos de resistência e transformações sociais em torno dos processos de construção de identidades e representações. Nas variações entre reforço ou transposição de estigmas, portanto, os discursos midiáticos propõem processos de assujeitamento ou protagonismo que podem ser analisados por meio de uma crítica midiática que realize a análise de produções existentes, mas, ainda, inspire produções inovadoras tanto em seus conteúdos temáticos, como em suas formas expressivas.

Esses apontamentos nos conduzem aos estudos de Nancy Fraser (2002) sobre a questão da ética e da moral em relação aos processos de reconhecimento cultural e redistribuição econômica voltados às minorias, visando superar desigualdades e injustiças. A autora problematiza a distinção entre dois tipos de reivindicações por justiça social: as lutas identitárias e aquelas visando a reconfiguração do social, em que o reconhecimento, ao ser vinculado apenas às identidades, sobrepõe-se às lutas por redistribuição, anteriormente mais fortes, gerando o consequente afastamento entre elas. Em um debate com Axel Honneth, Fraser defende que as temáticas relativas à subordinação ou insubordinação se referem, simultaneamente, às questões de reconhecimento e redistribuição (FRASER; HONNETH, 2006).

Ao diferenciar a redistribuição do reconhecimento, Fraser afirma ser possível analisar suas relações sem dicotomizá-las, apontando a superação de oposições. Essa postura permite conceituar dificuldades práticas que emergem dos embates políticos e, ao mostrar sua interdependência, alertamos para a possibilidade do surgimento de efeitos não desejáveis. Assim, não haveria redistribuição sem reconhecimento, nem reconhecimento sem redistribuição, pois as reivindicações redistributivas (programas sociais ou políticas igualitárias) influenciam as posições de sujeito e suas identidades, mas podem gerar novas estigmatizações. De modo análogo, as reivindicações por reconhecimento (políticas identitárias enfatizando singularidades) afetam as relações econômicas ao modificar o status social, mas podem levar a um reconhecimento meramente performativo.

Na pesquisa, partimos do pressuposto de que as ações culturais – entre elas aquelas realizadas pelas mídias – servem como elementos de mediação para o exercício de práticas identitárias e sociais. Cultura e política são, portanto, eixos centrais ao trabalho, privilegiando a análise crítica das mídias como modo de conhecer diferentes experiências individuais e ações coletivas, relações entre estado e organizações sociais, bem como formas de produção, circulação e apropriação dos discursos midiáticos por diferentes sujeitos.

Nas sociedades contemporâneas, discursos e narrativas são permanentemente questionados por diferentes atores sociais, levando a disputas contínuas por reconhecimento, nem sempre em condições de igualdade. Entre visibilidade e identificação, afirmação de identidades e embates sociopolíticos, instauram-se fronteiras e possibilidades para a atuação dos sujeitos em suas demandas por representatividade e participação social, incluindo as variáveis de gênero, etnia, classe social, geração, entre outras. Um desafio, então, é colocado: como tratar das lutas identitárias para além da atomização dos indivíduos, concebendo-os como sujeitos coletivos em disputa por reconhecimento não apenas particular, mas também geral?

Nesse confronto de representações, para além de visões hegemônicas uma pergunta retorna: se as visibilidades são sempre encenadas, como inserir de modo ativo (e altivo) o outro nas políticas da representação e disputas por reconhecimento? Como produzir discursos que tragam à cena diferentes atores sociais a fim de ampliar não apenas o campo de visibilidade e reconhecimento dos diversos grupos, mas possibilitar que sujeitos subalternizados falem e sejam ouvidos por mais pessoas, instaurando formas de resistência às representações dominantes? A crítica das mediações midiáticas é uma das possibilidades para observarmos esses reposicionamentos identitários e reconstruções sociais nas mídias.

Por sua vez, as políticas da representação – e a ampliação dos regimes de visibilidade a elas correlatos – podem ser sublinhadas por uma estética realista que privilegia os modos de endereçamento da alteridade em narrativas audiovisuais em pelo menos dois vieses: aqueles realizados a partir do ponto de vista do próprio realizador ou aqueles articulados em torno dos sujeitos neles retratados, atribuindo maior ou menor grau de reversibilidade em sua enunciação. Quanto maior a abertura para a troca de posições entre sujeitos narradores e sujeitos narrados, ou o estabelecimento de lugares autorais divergentes, maior a variedade de olhares evocados em suas imagens.

Ao apontar para a urgência de interpelar lugares de visibilidades e invisibilidades sociais – sejam aqueles performatizados no cotidiano, sejam aqueles encenados pelas mídias – buscamos demarcar como grupos socialmente minoritários se apropriam dessas representações. Para além da oposição entre lutas identitárias e disputas por reconhecimento, portanto, algumas estratégias parecem contribuir para a desconstrução desses lugares hegemonicamente estabelecidos, propondo novos arranjos sociais.

## **VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO EM COLETIVOS JUVENIS**

Por meio do mapeamento de coletivos juvenis de comunicação audiovisual atuantes na cidade de São Paulo (SP), buscamos pontuar processos culturais em torno das políticas da representação, abrangendo os conceitos de visibilidade e reconhecimento, bem como possibilidades de reconfiguração do social e reconstrução do espaço comum. Em um primeiro momento, identificamos doze coletivos de comunicação, voltados para produções audiovisuais, visuais ou sonoras, em sua maioria jornalísticas. Nessa modalidade cultural, também encontramos coletivos de arte, música ou performance, mas que não foram incluídos na amostra. Em um segundo momento, indagamos se as produções desses coletivos geram, em suas narrativas, mais deslocamentos do que as produções dominantes, reinterpretando sentidos correntes. Ao transformar lutas identitárias em práticas efetivas de reconhecimento e reconfiguração do social, ultrapassando as bordas do visível, essas narrativas parecem instaurar, ainda que de modo provisório, a possibilidade de escutar outras vozes e ouvir outras falas.

A amostragem integra um cenário maior no qual se desenvolveu extenso trabalho de investigação sobre coletivos juvenis em São Paulo, agrupando-os em três eixos: migração, gênero e etnia<sup>5</sup>, e em distintas

---

<sup>5</sup> A pesquisa sobre coletivos juvenis de comunicação audiovisual está articulada a uma investigação mais ampla, envolvendo teorias e metodologias diversas, sobre jovens urbanos e coletivos juvenis, intitulada “Jovens urbanos: políticas públicas, ações culturais, políticas e comunicacionais em São Paulo” (2016-2018), realizada na área de

modalidades culturais, entre elas a produção audiovisual. Em seus resultados, a pesquisa ressalta uma forte conexão entre os eixos, que se cruzam de modo transversal e, ao fazê-lo, imprimem diferentes ênfases nesses atravessamentos. A questão étnica e racial destaca-se como sendo profundamente imbricada às demais, além de tensionar de modo radical a questão da juventude, eixo ordenador não apenas no mapeamento de coletivos, mas na própria delimitação da pesquisa. Os resultados alcançados apontam, ainda, para as relações que integrantes dos coletivos criam entre migração, gênero e etnia, além dos eixos macrossociais de classe e geração, contribuindo para entendermos como eles vivenciam as realidades em que se encontram e como experimentam distintas interseccionalidades, possibilitando a problematização e a elucidação das relações entre juventude, cultura e política.

As interseccionalidades, fundamentais na compreensão dos aspectos abordados, dizem respeito não apenas aos integrantes de cada coletivo, mas às distintas posições que os grupos ocupam na sociedade e uns em relação aos outros (RIBEIRO, 2017), sublinhando as múltiplas formas na produção cultural dos jovens e sua polifonia discursiva, manifestada por meio de distintas narrativas. Mais do que apagar diferenças, essas vozes denotam suas visibilidades e a interrelação entre pautas que visam potencializar ações políticas. Essa potência, entretanto, não se faz de modo tradicional ou seguindo as convenções institucionais de partidos, sindicatos ou movimentos, mas prevendo estratégias e ações de acordo com as táticas de cada coletivo. O quadro abaixo traz os coletivos juvenis de comunicação audiovisual selecionados.

---

Antropologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PUC-SP). Vincula-se à Red Iberoamericana de Posgrado en Infancias y Juventudes – RedINJU e ao Grupo de Trabalho “Juventud e Infancia: prácticas políticas y culturales, memorias y desigualdades en el escenario contemporáneo” (2016-2019), do Clacso (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Nessa pesquisa, foram realizadas observações etnográficas com aproximadamente setenta coletivos e entrevistas em profundidade com cerca de vinte deles (nas modalidades presencial e virtual), além da análise dos dados em um programa qualitativo (MaxQda) para construção de modalidades culturais e categorias analíticas derivadas dos eixos teóricos principais.

## QUADRO 1 – COLETIVOS JUVENIS (SP)

Nome	Eixo temático	Modalidade cultural	Atuação virtual	Atuação territorial
Blogueiras negras	Gênero/ Etnia	Comuni- cação/ Jornalismo	Blog	X
Coletivo Odara	Gênero	Comuni- cação/ Artes	Facebook/ Instagram	
Coletivo Estopô Balaio	Migração	Audiovisual/ Artes	Site/ Facebook	X
Coletivo Vernelha	Gênero	Audiovisual	Site/ Facebook	X
Empoderadas	Gênero/ Etnia	Audiovisual	Site/ Facebook	
Fala guerreira	Gênero/ Etnia	Audiovisual	Site	X
Nós, Mulheres da Periferia	Gênero/ Etnia	Audiovisual/ Jornalismo	Site/ Facebook	X
Nossa História Invisível	Gênero/ Etnia	Audiovisual	Facebook	
Periferia em Movimento	Etnia/ Direitos	Comuni- cação/ Jornalismo	Site/ Facebook	X
Revista Capitolina	Gênero	Comuni- cação/ Jornalismo	Site/ Facebook	
Revista Vaidapé	Etnia/ Direitos	Comuni- cação/ Jornalismo	Site/ Facebook	
Visto Permanente	Migração/ Etnia	Audiovisual	Site/ Facebook	X

Fonte: “Jovens urbanos: políticas públicas, ações culturais, políticas e comunicacionais em São Paulo” (São Paulo, 2018).

Entre os coletivos, notamos, em seu conjunto, a ênfase na produção audiovisual divulgada por mídias digitais online como parte de uma “cultura audiovisual” mais ampla (RODOWICK, 1994) e, de modo mais específico, a forte presença de coletivos de mulheres (oito de um total de doze grupos); produção de conteúdos noticiosos (cinco grupos); produção exclusiva ou prioritária em formato audiovisual (cinco grupos); interfaces com formas artísticas (dois grupos). Notamos, ainda, a preponderância de temáticas étnico-raciais, muitas vezes associadas às de gênero e, mais recentemente, àquelas ligadas às novas migrações em diversas regiões do país. As redes sociais, especialmente Facebook, surgem como forma de divulgação principal não apenas dos coletivos, mas também de suas produções (mesmo quando eles possuem sites ou blogs).

Essas páginas mobilizam participantes e seguidores na organização de eventos virtuais ou presenciais, entre eles debates, projeções de filmes e atividades diversas. Além de vídeos, podcasts, séries, reportagens, temos a produção de revistas, mesclando formas do jornalismo impresso com formatos audiovisuais<sup>6</sup>. Nesse quadro, aqui apenas apresentado e que será mais bem explorado na continuidade da pesquisa, julgamos importante enfatizar a variedade geográfica nas regiões da cidade, a diversidade temática e a multiplicidade de vozes e realizações empreendidas por esses coletivos, ao mesmo tempo englobando problemáticas comuns, mas também bastante situados em seus territórios de origem e focados nas questões específicas que os desafiam, tanto em termos físicos quanto simbólicos.

É assim que a temática das “identidades culturais” enquanto busca política (HALL, 1997) surge como um dos principais aspectos relatados, propiciando a percepção de novas “políticas culturais da diferença” (WEST, 1990), presentes nas narrativas desses e de outros coletivos juve-

---

<sup>6</sup> É importante notar a grande diferença numérica entre os seguidores virtuais dos coletivos. Na amostragem, a variação é de 2 mil seguidores e 200 mil, com predominância de grupos em torno de 40 mil seguidores (em geral nos coletivos de produção noticiosa ou documental). Em um segundo momento da pesquisa, iremos nos deter também sobre o número de interações (curtidas, compartilhamentos, publicações) efetivados nas respectivas páginas dos grupos.

nis integrantes da pesquisa. A heterogeneidade de tais processos sociais engendra questões críticas sobre hibridismos e identidades, rompendo simplificações binárias: “Paulatinamente y en relación con la literatura sobre nuevos movimientos sociales y las reconceptualizaciones de lo político (...), aparece en los estudios sobre juventud una revaloración de lo político que deja de estar situado más allá del sujeto, constituyendo una esfera autónoma y especializada, que adquiere corporeidad en las prácticas cotidianas de los actores, en los intersticios que los poderes no pueden vigilar” (REGUILLO, 2003, p. 113). A busca por novas maneiras de pensar e agir politicamente, portanto, é ao mesmo tempo causa e consequência desses novos modos de organização coletiva disseminados nas culturas juvenis (REGUILLO, 2017).

Numa abordagem preliminar, além de pontuar alguns dos coletivos de comunicação no que se refere às disputas, sempre recorrentes, travadas entre as lutas identitárias e as possibilidades de, por meio delas, reconstruir o tecido social, um outro aspecto se destaca: os processos criativos e os modos de produção de conteúdos por parte dos grupos, sobretudo em redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, além de sites e blogs), tão próprios nas expressões juvenis. Ressaltamos, nesse sentido, a profusão de obras audiovisuais em diferentes formatos (texto, imagem, áudio, audiovisual), e a variedade de usos e apropriações de linguagens próprias das mídias digitais. Para além dos temas e enfoques, observamos uma variedade de aspectos imagéticos e visuais, apontando singularidades em termos estéticos, estilísticos e tecnológicos, valendo-se de uma gramática própria tanto em relação às mídias audiovisuais, como no que diz respeito a suas singulares e inventivas potencialidades.

Nesse sentido, observamos, entre outros elementos comuns: 1) busca por credibilidade em páginas nas redes sociais e na imagem pública por elas projetada; 2) grande número de curtidas e compartilhamentos nas páginas, bem como de interações em postagens únicas, incluindo comentários e menções; 3) produção de conteúdo próprio mesclada àquela disponibilizada por outros sites; 4) variedade e originalidade de

conteúdo, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, especialmente no que diz respeito a aspectos temáticos e figurativos; 5) uso de recursos próprios à linguagem da internet, tais como hiperlinks, vídeos, áudios, hipertextos, gifs, memes, multimídia, entre outros; 6) constância na periodicidade e atualização das postagens; 7) atualidade (por meio de postagens recentes) e organização cronológica da página em termos de ações e eventos; 8) uso de elementos visuais com alta qualidade e diversidade de formas e/ou estilos; 9) estabelecimento de um vínculo com o leitor em termos artísticos e técnicos, por meio da interatividade própria das redes; 10) construção de uma rede ampliada por meio das indicações feitas pela plataforma utilizada, mas também por indicações mútuas que visam engajar e fidelizar o público nas páginas dos grupos.

No geral, cada um dos coletivos desempenha de modo eficiente e produtivo o conjunto desses elementos, compondo páginas bastante ativas e participativas nas redes sociais e na integração entre elas, apontando também para a familiaridade dos grupos e de seus seguidores no manuseio dessas linguagens. Ainda que com variações, a maneira como essas páginas digitais são desenvolvidas e compostas é bastante semelhante (estabelecendo uma linguagem particular para os usos), mostrando que a distinção entre elas deve ser feita com base em outros elementos, mais voltados aos eixos temáticos do que às modalidades culturais (abrindo diferentes possibilidades para a apropriação desses conteúdos). Em termos temáticos, notamos grande número de pautas voltadas para questões atuais e factuais, demonstrando engajamento político e posicionamento social, além de reflexão crítica não apenas sobre questões contextuais, mas também àquelas relacionadas às realidades juvenis e seus cotidianos, sobretudo nos eixos trabalhados na pesquisa (migração, gênero e etnia).

Finalmente, sublinhamos o tensionamento em termos de lutas identitárias e visibilidades, e disputas por representação e reconhecimento. Em outros termos, trata-se de um embate entre pautas por vezes individualizadas e outras que problematizam causas coletivas e seus modos de engajamento. Se a visibilidade e o reconhecimento se tornam um objetivo

comum a diversos coletivos, tal busca se dá de modo desafiador, situando o debate em torno das questões de identidades e diferenças, igualdades ou desigualdades. Esse empreendimento aponta para a urgência – quando se trata de questões relacionadas às juventudes – de se encontrar lugares próprios e, ao mesmo tempo, modos de atuação que transbordem para causas sociais e reconfigurem o comum, comunitário, compartilhado. Nessa perspectiva, novos regimes de visibilidade levam a transformações nos processos de estigmatização presentes em discursos audiovisuais, ampliando as políticas da representação e as fronteiras da inclusão social.

### **À GUIA DA CONCLUSÃO: POLÍTICA E RESISTÊNCIA**

Ao final desses apontamentos, algumas recorrências podem ser pontuadas. Se há grande variedade entre os coletivos, há entre eles pontos de proximidade e confluência, constituindo uma nova maneira de ser e estar no mundo, de agir e reagir à política, visando uma ação e uma atuação coletivas, tanto em termos de organização como de reivindicações. Aos coletivos juvenis é colocada, de maneira premente, a busca por intervenção e transformação de desigualdades e injustiças que, reiteradamente, excluem os jovens da participação social. Os grupos almejam, assim, a construção de identidades e novas maneiras de representá-las por meio das mídias, alcançando visibilidade (especialmente na internet) e alçando espaços de reconhecimento e pertencimento social ao ressaltar a indissociabilidade entre cultura e política, universalismo e diversidade (MARTÍN-BARBERO, 2017; ORTIZ, 2015).

Desse modo, cada coletivo apresentado – que representa um conjunto de outros coletivos – dota de um sentido diferente a própria definição do que é ser um coletivo e estar atuando coletivamente. Entre hegemônias ou resistências, domesticações ou empoderamentos, alienações ou posicionamentos vemos, pouco a pouco, a desmontagem de cânones estabelecidos e sua apropriação por meio de narrativas cotidianas e contra-discursivas, deslocando lugares de exclusão social. Ao final, podemos nos perguntar sobre a dimensão coletiva pressuposta em cada coletivo

para desconstruir estruturas vigentes cristalizadas nas esferas política e cultural. Os coletivos, afirmamos, visam o lugar do social e as lutas identitárias tornam-se fundamentais na articulação de um campo comum onde construir esse lugar, imprimindo uma dimensão de fato política a suas ações culturais.

É também no circuito da recepção – na relação com o público presencial ou virtual – e não apenas no campo da produção que tais ações se colocam e, ao fazê-lo, abrem espaço para o deslocamento de estigmas, estereótipos e preconceitos. Se assumimos o lugar dos estigmas como dinâmico, devemos considerar que quando algo é incorporado ou assimilado (como resistência ou domesticação), desloca-se para outro lugar, estabelecendo novas demarcações nos circuitos cristalizados dos estereótipos e preconceitos.

Essas marcas podem tanto denunciar preconceitos como gerar outras maneiras de segregação, demandando ações concretas para a produção de mudanças que reverberem nas práticas cotidianas, nas leis vigentes e nas maneiras pelas quais cada um interage com os outros. Nas narrativas produzidas por esses grupos, vislumbramos possíveis lugares de aprendizagens, experimentações e vivências; identidades, diferenças e pluralidades; atuações, engajamentos e ativismos, exigindo novos referenciais nos quais buscar sua compreensão e interpretação. No texto, buscamos explorar os eixos teóricos e metodológicos articuladores da pesquisa, estabelecendo parâmetros para a crítica midiática, e observações gerais advindas de um primeiro contato com o material empírico selecionado. A análise aprofundada desses e de outros aspectos sobre os coletivos aqui elencados será desenvolvida em investigações futuras.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1995.
- BORELLI, S. H. S.; ROCHA, R. L. M.; OLIVEIRA, R. A. Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação. São Paulo: Paulinas, 2009.

- CHARAUDEAU, P. O discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. Analysing discourse: textual analysis for social research. New York: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FRASER, N. A justiça social na era da política da identidade: Redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais. n. 63, 2002.
- FRASER, N.; HONNETH, A. “Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico”. Morata: Madrid, 2006.
- FREITAS, J. M. M. Comunicação e psicanálise. São Paulo: Escuta: 1992.
- GOFFMAN, I. Estigma. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- GOMES, M. R. Jornalismo e ciências da linguagem. São Paulo: Hacker/Edusp, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ao abrigo dos discursos circulantes. Revista Rumores. Ano 6, n. 2, 2012.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade. Vol. 22, N. 2, jul./dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. Jóvenes: entre el palimpsesto y el hipertexto. Colección: Biblioteca de Infancia y Juventud. Ned Ediciones, 2017.

ORTIZ, R. Universalismo e diversidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

PAGANOTTI, I. Análise de discurso crítica. In: “Uma certa libertinagem, muito carnaval e um pouco de pecado” – O Brasil dos correspondentes internacionais [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: ECA-USP, 2007.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível. São Paulo: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. O efeito de realidade e a política da ficção. Revista Novos Estudos Cebrap. Número 86, 2010.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. Revista Brasileira de Educação. N. 23, maio/jun./jul./ago. 2003.

\_\_\_\_\_. Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio. Barcelona: Ned Ediciones, 2017.

RIBEIRO, D. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODOWICK, D. N. Audiovisual culture and interdisciplinary knowledge. Digital essay. Program in Film Studies. University of Rochester, 1994. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~drbr/rodowick.html>.

SILVA, G.; SOARES, R. L. Para pensar a crítica de mídia. Revista Famecos. Volume 20, n. 3, 2013.

SILVERSTONE, R. Por que estudar a mídia? São Paulo: Loyola, 2002.

SOARES, R. L. Margens da comunicação: discurso e mídias. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Pequeno inventário de narrativas midiáticas: verdade e ficção em discursos audiovisuais. Revista Significação. N. 34, 2010.

\_\_\_\_\_. Sutileza e grosseria da exclusão nas mídias. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2019.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STAM, R.; SHOHAT, E. Crítica da imagem eurocêntrica. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WEST, C. The New Cultural Politics of Difference. In: FERGUSON, R. et al. (eds.). Out there. Marginalization and Contemporary Cultures. Cambridge: MIT Press, 1990.

XAVIER, I. O olhar e a cena. Melodrama, Hollywood, cinema novo, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, 2003.